

tecipada pelo seu gabinete, neste caso sem sucesso nenhum. Dada a desvalorização com que os três principais postulantes ao posto, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antonio Brito (PSD-BA), vêm agindo na pré-campanha, passou a dizer a aliados que pode surgir alguém "mais leve" que lhes tome a dianteira. O pacto velado com Lula também pressupõe que o presidente tem o direito de fazer chegar a ele um nome como o qual não concordaria em hipótese alguma, da mesma forma que não bancaria um postulante que tivesse o voto de Lula. A cláusula não escrita inclui, neste momento, Elmar Nascimento, a respeito de quem Lula não esconde as restrições, e Brito, em quem Lira vê afinidade demasiada com o Palácio do Planalto e o PT.

A proximidade de Elmar Nascimento com Carlos Suarez é citada por Lula a cada conversa que tem sobre o futuro da Câmara. Foi a ligação entre o empresário, conhecido como "rei do gás", e o deputado baiano que rendeu vários jabutis incluídos no projeto que permitiu a privatização da Eletrobras e que, hoje, banca a ostentatória campanha do deputado baiano à sucessão de Lira, com convites a festas nababescas de réveillon e carnaval. Lira, aliás, esteve no camarote do "irmão" em Salvador, mas ninguém do seu núcleo próximo imagina que ele vá dinamitar de vez as pontes com Lula para sustentar sua candidatura caso fique explícito o veto do Planalto. A não ser que a relação com o governo se deteriore de vez, o que seria ruim e levaria alto grau de imprevisibilidade para os planos dos dois lados.

Lira já tinha mais de 40 anos quando foi eleito para o primeiro mandato de deputado federal. Filho de Benedito de Lira, o Bui, ex-deputado, ex-senador e hoje prefeito do município alagoano de Barra de São Miguel, Arthur formou-se em Direito pela Universidade Federal de Alagoas em 1993, mesmo ano em que assumiu o primeiro mandato como vereador de Maceió, aos 23

anos. Desembarcou em Brasília, em 2010, para o primeiro voo nacional com 84.676 votos na bagagem. Três eleições depois, em 2022, já presidente da Câmara, foi o mais votado do seu estado, com 219.432 votos.

Na chegada, se juntou ao grupo de Ciro Nogueira para desbancar o comando da sigla a velha guarda que cerrava fileiras com o veterano deputado José Janene, morto no ano anterior. A nova geração tratou de derubar o ministro das Cidades de Dilma Rousseff, Mario Negromonte (BA), e designar Agnaldo Ribeiro (PB) em seu lugar. Em 2015, já no auge da Lava Jato, o deleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa associaram a briga pelo comando do partido a uma disputa pela distribuição de propinas oriundas da diretoria de exploração da estatal, o que deu origem ao inquérito que ficou conhecido como Quadrilho do PP, no qual Lira figurava, que veio a ser arquivado em 2021.

A arte de se livrar de investigações é outro aspecto da biografia do presidente da Câmara. O último episódio dessa natureza veio em meados do ano passado, quando o ministro Gilmar Mendes anulou integralmente o

inquérito para apurar sua participação na compra supérflua de kits de robótica, que envolvia diretamente um de seus mais próximos assessores, Luciano Cavalcanti. Apontando vício de origem pelo fato de o inquérito ter se desenvolvido todo em Alagoas a despeito de Lira ter prerrogativa de foro, Gilmar anulou inclusive provas obtidas em grampos e buchas e apreensão contra Cavalcanti e outros investigados. Superou ainda obstáculos recentes como os relatos feitos pela ex-mulher Julliyne Lins, que chegou a formalizar uma série de acusações de agressões e comissão de patrimônio contra Lira, todas elas arquivadas.

Na briga de grupos dentro do PP, coube a Lira assumir a liderança do partido, função que ocupou até 2013. Mas foi só no mandato seguinte, seu segundo como federal, que ele ajudou a viabilizar o impeachment de Dilma e ascendeu aos postos de comando estratégicos na Casa, graças em boa parte à sua proximidade com o então todo-poderoso Eduardo Cunha, que o designou para a Comissão de Constituição e Justiça, em 2015, e para a Comissão Mista de Orçamento já nos estertores, antes de ser casado e preso pela Lava Jato.

ARTHUR CÉSAR PEREIRA DE LIRA



candidatura ao posto mais alto da Câmara, rompendo acordo selado com Lira. Com o apoio do PL, do Republicanos, de parte do DEM, partido do próprio Maia, e votos espalhados em quase todas as outras siglas, inclusive na esquerda, não foi difícil para Lira vencer Baleia Rossi (MDB) por 302 votos a 145.

Começava ali a escalada para se tornar um dos homens mais poderosos da República. Sua eleição também pavimentou o caminho para o ingresso efetivo do Centrão no governo de Bolsonaro, que praticamente delegou a Lira a presidência de seu partido, o senador Ciro Nogueira, em seguida indicado para a Casa Civil, a gestão do Orçamento da União, num arranjo que já havia começado na gestão Maia, mas só virou um escândalo no primeiro semestre de 2021, quando viria a ser batizado primeiro de "tratorço" e, depois, de Orçamento secreto.

O mecanismo, pelo qual emendas parlamentares conhecidas pela rubrica técnica de RP9 eram distribuídas sem identificação clara a deputados escolhidos pelos comandantes da Câmara e do Senado, garantiu a Lira aumentar exponencialmente a rede de apoios que tinha levado à sua primeira eleição para a presidência.

Foi para preservar esse arranjo lucrativo que Lira arregaçou as mangas para ajudar a reeleição de Bolsonaro no parlamento e para buscar votos para ele em Alagoas. A pauta de "bondades" às vésperas da eleição — que se mostraram, depois, uma bomba fiscal a ser herdada pelo futuro governo — tramitou com tranquilidade na Câmara e também no Senado, pilotado por Rodrigo Pacheco. Em Alagoas, o exército de Lira conseguiu dar ao candidato do PL a derrota mais "honrosa", digamos, no Nordeste: 58,5% dos votos válidos para Lula e 41,5% para o então presidente, Maceió foi a única capital da região em que o candidato do PL venceu Lula.

No dia do segundo turno, Lira estava tenso. Votou em Maceió e embarcou para Brasília para acompanhar a contagem de votos da residência oficial. Antes mesmo da confirmação da vitória de Lula, jogou a toalha. Ligou primeiro para Bolsonaro e foi claro:

— Game over. O senhor precisa reconhecer a derrota e se preparar para 2026.

Em seguida, ignorou convite de Alexandre de Moraes para acompanhar a proclamação do resultado da sede do Tribunal Superior Eleitoral e convocou a própria coletiva, na qual foi a primeira autoridade a reconhecer a vitória de Lula. Naquele momento, já havia telefonado para o petista e o cumprimentado pela vitória. Do outro lado da linha não estava mais o candidato que dissera na campanha que Lira tinha a pretensão de ser "imperador" por meio do controle do Orçamento, mas um presidente eleito que, em tom amigável, perguntou pelo pai do presidente da Câmara e prometeu lhe fazer uma visita em breve.

A transição e a nova campanha de Lira à reeleição começaram efetivamente ali.



Agenda econômica. Arthur Lira em sua residência oficial, em Brasília. Foto: Marco Fisal, negociado com Fernando Haddad e aprovado na Câmara. Foi todo costurado ali



Apoio de Jair Bolsonaro na última eleição, Lira ligou para o ex-presidente ainda durante a apuração e avisou: "Game over". Em seguida, foi a primeira autoridade a reconhecer publicamente a vitória de Lula

CONTINUA NA PÁGINA 10